



## DECLARAÇÃO DE GUARDA COMPARTILHADA JURÍDICA CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS – LEI n° 12.101/2009

Eu<sup>1</sup>, \_\_\_\_\_  
inscrito(a) no RG sob nº \_\_\_\_\_, expedido pelo(a) \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_,  
cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_

**DECLARO**, sob as penas da lei e nos termos da Lei n° 7.115/83\*, junto à Instituição de Ensino:

\_\_\_\_\_ que mantenho a guarda compartilhada como meu/minha esposo(a)<sup>2</sup> \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ RG nº: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

de nosso filho(a): \_\_\_\_\_, conforme decisão

judicial anexa e que, é em minha residência que nosso(a) filho(a) permanece a maior parte do tempo.

Neste mesmo ato, comprometo-me e assumo a responsabilidade de comunicar à Instituição de Ensino mencionada acima, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração e apresentar a documentação comprobatória.

**DECLARO** estar ciente de que a falsidade das declarações por mim firmadas no presente documento, poderá ensejar **sanções civis, e, principalmente, criminais\* (Art. 299 do Código Penal)** e responsabilização legal prevista pela **Lei n° 12.101/2009 Art. 15 § 1°**, alterada pela **Lei 12.868/2013, Decreto 8.242/2014**, além de acarretar o imediato cancelamento dos descontos ofertados pela Bolsa Social de Estudo na Instituição de Ensino

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_.  
(CIDADE, DIA, MÊS E ANO)

(Vide verso)

*(Imprimir frente e verso na mesma folha)*

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO DECLARANTE(1)

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA (2)

*Anexar a esta declaração cópias dos documentos de identidade para comprovação das assinaturas.*



## **(\*) INTEIRO TEOR DA LEI N° 7.115/83 E O TEXTO DO ARTIGO 299 DO CÓDIGO PENAL. LEI N° 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 – (DOU 30.08.1983)**

Prova documental de vida, residência, pobreza, etc.

**Art. 1°** A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira.

**Parágrafo Único.** O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

**Art. 2°**. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

**Art. 3°**. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

**Art. 4°**. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5°**. Revogam-se as disposições em contrário.

*Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162 ° da Independência e 95 ° da República. João Figueiredo – Presidente da República.*

### **FALSIDADE IDEOLÓGICA**

**Art. 299.** Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

**Pena.** Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular.

**Parágrafo Único.** Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

### **Art. 12, Portaria Normativa nº 15/2017 – MEC/CEBAS**

**Grupo Familiar:** entende-se como grupo familiar a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio.

### **ECA – LEI No 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990**

**Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

**Art. 19.** Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

**Art. 32.** Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.